



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638833 - PA (2021/0002629-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ADRIA SUELI PEREIRA E PEREIRA
ADVOGADO : ADRIA SUELI PEREIRA E PEREIRA - PA027069
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : MIRIAN GOMES DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MIRIAN GOMES DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (0009874-08.2020.8.14.0401).

Consta dos autos que a paciente foi presa no dia 9 de julho de 2020, em razão da prática, em tese, do crime do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. Sua prisão foi convertida em preventiva no dia 10/7/2020 e, no dia 27 de outubro de 2020, foi sentenciada às penas de 7 anos de reclusão e de 550 dias-multa, sendo o dia multa à razão de 1/30 do salário mínimo nacional (fl. 4).

Sustenta a impetrante que a prisão foi mantida por "fundamento genérico na sentença", o que é "equivocado, posto que o principal fundamento autorizador da segregação cautelar fora a garantia da ordem pública e aplicação da lei, todavia a Paciente em análise é ré primária e possui residência fixa, trabalho garantido, possui bom comportamento no cárcere" (fl. 6).

Alega que a "paciente não pode permanecer custodiada porque não estão presentes os requisitos Autorizadores da prisão preventiva, tampouco foram apontados os motivos concretos que dão azo à custódia cautelar após prolação da sentença, com regime inicial semiaberto" (fl. 13).

Requer, liminarmente, "a imediata libertação da Paciente, expedindo-se o competente alvará de soltura" e, no mérito, seja concedida a ordem impetrada para revogar a prisão preventiva, confirmando-se a liminar" (fl. 23).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-

constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, a impetrante não juntou a cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de origem, que confirmou a manutenção da prisão preventiva da paciente. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de origem, que confirmou a manutenção da prisão preventiva da paciente.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente